

¹ O RESGATE LINGUÍSTICO INDÍGENA E A LUTA POR DIREITOS CULTURAIS: CAMINHOS DE RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA

Indigenous Language Revitalization and the Struggle for Cultural Rights: Pathways of Resistance and (Re)Existence

Clarice Larissa de Moura
Graduanda em Letras — Português/Licenciatura

Resumo

O presente estudo propõe uma análise cujo objetivo é compreender de que forma o resgate das línguas indígenas atua como instrumento de enfrentamento às violações históricas dos direitos culturais e identitários dos povos originários. A pesquisa investiga os impactos da colonização e das políticas assimilacionistas sobre a diversidade linguística no Brasil, evidenciando como o silenciamento das línguas indígenas operou como uma estratégia de apagamento cultural. Para isso, o estudo se apoia em autores como Amaral (2020), Oliveira e Costa (2021), Rodrigues (2005, 2013), Apolinário e Moreira (2021), entre outros, e considera como estudos de caso as experiências de retomada da língua Patxohã (povo Pataxó) e Kwaytikindo (povo Puri). Essas vivências demonstram como os próprios indígenas vêm protagonizando movimentos de retomada linguística a partir da oralidade e da memória coletiva. Conclui-se que o resgate das línguas indígenas não representa apenas uma reconstrução comunicativa, mas um ato político e simbólico de resistência, reafirmação identitária e (re)existência.

Palavras-chave: Revitalização. Retomada. Línguas indígenas. Kwaytikindo. Patxohã.

Abstract

This study proposes an analysis aimed at understanding how the revitalization of Indigenous languages serves as a means of confronting the historical violations of the cultural and identity rights of Indigenous peoples. The research explores the impacts of colonization and assimilationist policies on linguistic diversity in Brazil, highlighting how the silencing of Indigenous languages functioned as a strategy of cultural erasure. To this end, the study draws on authors such as Amaral (2020), Oliveira and Costa (2021), Rodrigues (2005, 2013), and Apolinário and Moreira (2021), among others, and considers as case studies the revitalization efforts of the Patxohã (Pataxó people) and Kwaytikindo (Puri people) languages. These experiences show how Indigenous peoples themselves have been leading linguistic revival movements through orality and collective memory. The study concludes that the revitalization of Indigenous languages represents not only a communicative reconstruction but also a political and symbolic act of resistance, identity reaffirmation and (re)existence.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Letras — Licenciatura em Português, do Departamento de Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, com orientação da Profa. Dra. Maria Luisa Freitas.

Keywords: Revitalization. Recovery. Indigenous languages. Kwaytikindo. Patxohã.

1. INTRODUÇÃO

A imposição da língua portuguesa como ferramenta de integração nacional intensificou-se, sobretudo a partir da Reforma Pombalina (1759), período em que o Marquês de Pombal promoveu profundas reformas administrativas e educacionais no império português. Entre elas, destacou-se a proibição do uso das línguas gerais e indígenas nas escolas e na administração, o que resultou na supressão de diversas línguas nativas, vistas pelas autoridades coloniais como obstáculos ao processo de “civilização” e assimilação cultural dos povos originários.

Essa lógica, sustentada por uma política assimilacionista, visava muito além de uma dominação territorial, mas também um silenciamento cultural. Ao abordar a temática da revitalização de línguas indígenas, este artigo propõe uma reflexão sobre os impactos históricos da negação da voz indígena e sobre as possibilidades de resistência por meio do resgate linguístico. Neste contexto, serão apresentadas duas experiências concretas de recuperação de línguas que, embora por muito tempo tenham sido consideradas extintas, vêm sendo reavivadas com empenho por suas comunidades, a saber: a língua *Kwaytikindo Puri* do povo Puri e a língua *Patxohã* do povo Pataxó.

Convém afirmar, primeiramente, que toda tentativa de apagamento de uma língua com intuito civilizatório é uma representação implícita da violação de direitos culturais de um povo. Quando se trata do processo análogo dos povos indígenas Pataxó e Puri, por exemplo, tem-se não só uma violação de origem étnica, mas também uma falha protuberante no direito de obter uma educação básica condizente com os seus próprios anseios e costumes culturais.

Assim, damos início ao diálogo enfatizando a importância de estudos acadêmicos sobre a área de revitalização linguística de modo a fortalecer e apoiar as ações de retomada de algumas das centenas de línguas indígenas que deixaram de ser faladas pela imensidão de situações impostas por colonizadores. Mais ainda, é válido enfatizar a importância das ações dos próprios povos originários — protagonistas das revitalizações das quais trataremos aqui —, que, já na academia, organizam esforços para retomar a língua e o modo de vida de seus ancestrais, reconstruindo suas identidades e autoestima.

Logo, esse resgate linguístico tem uma maior validação, acima de tudo, por meio da educação. Da mesma forma que, no período colonial, as línguas europeias foram impostas como base da educação e se disseminaram amplamente, é urgente que, hoje, instituições de ensino, famílias e comunidades assumam a responsabilidade de fortalecer e valorizar as línguas originárias do Brasil. Esse é um passo fundamental para corrigir os danos de séculos de silenciamento cultural e linguístico.

Para demonstrar o cenário referente ao renascimento de línguas indígenas, este artigo está organizado em sete seções, a saber: primeiro, tratamos da fundamentação conceitual, isto é, o que difere entre os termos utilizados como sinônimos quando referidos ao movimento de resgate linguístico. Logo após, um panorama histórico é traçado, a fim de explicar o impacto da colonização dentro e fora da esfera linguística. Posteriormente, são tratados os casos específicos, com as particularidades das línguas *Patxohã* e *Kwaytikindo*, que serão os principais exemplares para contextualizar o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, teceremos uma reflexão sobre os movimentos de resistência cultural empreendidos por povos indígenas do Nordeste, destacando que, apesar do intenso apagamento a que foram submetidos desde os primeiros contatos coloniais, essas comunidades seguem (re)existindo, afirmando suas identidades e buscando, por meio da memória, da oralidade e da espiritualidade, reconectar-se com suas línguas ancestrais. A região, historicamente vista como espaço de “índios extintos” ou assimilados, tem se revelado, nas últimas décadas, como território fértil de ressignificações, rearticulações políticas e retomadas simbólicas.

2. CONCEITOS RELEVANTES PARA ENTENDER RESGATES LINGÜÍSTICOS

Antes de tudo, é importante realizar uma distinção entre os termos que designam o resgate das línguas indígenas, como *revitalização*, *manutenção* e *retomada*. Segundo o dicionário popular, revitalização é: “conjunto ou ações que buscam dar novo vigor, força, energia a alguma coisa”. Quando inserimos o conceito no campo linguístico, essa significação não se difere, uma vez que a revitalização é o processo pelo qual uma língua passa devido à sua perda de vitalidade, ou seja, dos seus próprios falantes. Portanto, ela é, majoritariamente, dominada apenas pelos mais velhos no caso de muitas línguas, pondo em

exemplo a *Patxohã* e *Kwaytikindo*, sendo essas consideradas por alguns pesquisadores da área linguística como mortas, isto é, em extinção, por não terem mais falantes ativos.

No entanto, é possível constatar que essa conclusão está equivocada se considerarmos que classificar uma língua como extinta apenas pela ausência de falantes fluentes desconsidera sua presença na memória coletiva, na música, nas práticas culturais e no desejo de retomada dos próprios povos. Atualmente, no Brasil, esse cenário é, de fato, vigente, dado que muitos jovens indígenas, em razão de uma tentativa de aculturação imposta pelos colonizadores desde o começo da sua história, utilizam mais o português em comparação à sua língua mãe, fato que dificulta o interesse para aprendê-la.

Para ampliar essa discussão, sigamos os estudos de Amaral (2020, p.5): “chamarei de ‘revitalização’ a área de ação e estudo que visa manter, revitalizar, apoiar ou retomar línguas ameaçadas, adormecidas e/ou minorizadas”. Dessa forma, é importante destacar que essa definição amplia a perspectiva sobre as iniciativas de reconstrução linguística, reconhecendo que as línguas não vivem somente através do som da fala, mas também na memória, nas práticas culturais, nos cânticos e na resistência de seus povos.

Ademais, o termo manutenção é classificado no dicionário como “ação ou efeito de manter ou manter-se”, ou seja, esse é o objetivo dos pesquisadores: preservar uma língua que, diferente do primeiro conceito, possui falantes ativos, contudo, está em estado de ameaça. Portanto, a manutenção linguística se aplica a contextos em que, embora a língua ainda seja falada na comunidade e transmitida a parte das novas gerações, ela se encontra fragilizada frente às pressões externas e corre o risco de desaparecer caso não sejam adotadas estratégias efetivas de fortalecimento.

Por fim, temos o processo de retomada: “reconquista ou recuperação”, o qual é designado para realizar o resgate de uma língua que não é mais falada e não dispõe de nenhum falante materno vivo, são as chamadas línguas adormecidas. É nesse contexto que Amaral (2020) adverte sobre a armadilha de se pensar a retomada linguística a partir de um modelo idealizado, no qual a única medida de sucesso seria restaurar o uso da língua exatamente como era no passado. O autor ressalta que:

“Essa medida não só é impossível de ser alcançada, pelas diferenças óbvias nos contextos históricos, como ela não é desejável, pois está baseada em uma ideia de que a comunidade de fala pode parar no tempo, o que certamente dificultará a prosperidade futura das línguas revitalizadas. Além disso, essa medida estrita de sucesso muito provavelmente gerará mais frustração por parte dos participantes, tanto durante o projeto quanto na hora de avaliar os resultados. Assim, cada projeto tem de definir os seus objetivos e suas medidas de sucesso de forma realista”

(Amaral, 2020, p. 7).

Portanto, a retomada linguística deve ser entendida como um processo dinâmico, cujo objetivo é construir novos usos para a língua no presente, alinhados às demandas culturais, sociais e identitárias da comunidade. Como analisado anteriormente, tais termos carregam nuances que precisam ser observadas para que não se reduza a complexidade dos esforços vivenciados por essas comunidades. Nesse sentido, é de suma importância obter conhecimento acerca desses conceitos, pois dizer a um povo que a sua língua está *extinta*, mesmo que essa língua não seja falada fluentemente, sua presença na música, nas histórias e na memória coletiva evidencia sua vitalidade simbólica.

Diante desse panorama, torna-se relevante destacar que há metodologias amplamente consolidadas para mensurar o grau de vitalidade ou de ameaça de uma língua. Essas ferramentas subsidiam pesquisas acadêmicas e também orientam ações práticas desenvolvidas pelas próprias comunidades linguísticas na condução de seus processos de fortalecimento cultural. Entre essas metodologias, destaca-se a ²Escala de Disrupção Intergeracional Expandida (EGIDS), desenvolvida por Lewis e Simons (2010), que se consolidou como uma referência no campo dos estudos sociolinguísticos.

Essa escala organiza as línguas em treze níveis, que abrangem desde aquelas plenamente vivas — utilizadas em contextos internacionais — até aquelas consideradas extintas em termos históricos. Diferentemente de modelos como o da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a EGIDS oferece uma leitura mais refinada da realidade sociolinguística ao considerar aspectos cruciais, como a transmissão intergeracional, os usos institucionais, comunitários e, ainda, o grau de documentação linguística disponível.

A tabela abaixo sintetiza os níveis da EGIDS e suas respectivas descrições, facilitando a compreensão dos diferentes estágios que uma língua pode percorrer no caminho entre sua plena vitalidade e o risco de desaparecimento.

² É importante lembrar que a EGIDS foi desenvolvida numa perspectiva que busca oferecer uma análise mais precisa da vitalidade das línguas, especialmente no contexto da documentação e planejamento linguístico. Sua criação surge da necessidade de expandir a antiga escala GIDS, proposta por Fishman, para abarcar não só os aspectos de transmissão intergeracional, mas também o grau de uso institucional, educativo e comunitário das línguas. Por isso, essa classificação deve ser entendida como uma ferramenta de apoio às comunidades e aos pesquisadores, e não como um modelo fixo aplicável a todas as realidades sociolinguísticas.

Nível	Classificação	Descrição
0	Internacional	A língua é usada internacionalmente em educação superior, mídia e negócios.
1	Nacional	A língua é usada nacionalmente no governo, na mídia, na educação e em outros domínios formais.
2	Regional	Usada em regiões específicas ou por grupos étnicos, tanto em contextos formais quanto informais.
3	Efetivamente utilizada	Usada na vida cotidiana e por todas as gerações, mas não em instituições formais, como escolas.
4	Envolvimento educativo	Usada oralmente na comunidade e ensinada em instituições, sem status oficial no governo.
5	Viva e vigorosa	Usada oralmente por todas as gerações; a transmissão intergeracional está intacta.
6A	Ameaçada	Usada pela geração adulta, mas as crianças não estão mais aprendendo como língua materna.
6B	Seramente ameaçada	Usada apenas pela geração mais velha; as gerações mais jovens não a utilizam regularmente.
7	Em perigo crítico	Usada apenas por alguns idosos, com uso bastante restrito e pouco frequente.
8A	³ Moribunda	Usada esporadicamente por

³ “Moribunda” refere-se a alguém ou algo que está prestes a morrer. Pode ser usado para descrever uma coisa que está no fim do seu ciclo de vida.

		poucos falantes muito idosos.
8b	Dormindo (adormecida)	Não há mais falantes vivos, mas há documentação suficiente para possível retomada.
9	Extinta	Não há mais falantes vivos e há pouca ou nenhuma documentação suficiente para revitalização.
10	Extinta histórica	A língua desapareceu completamente, sem registros suficientes; seu conhecimento é apenas histórico.

Fonte: tradução nossa de Lewis e Simons (2010).

Ao observarmos a tabela, podemos perceber que os processos de manutenção linguística se situam, principalmente, nos níveis 6A e 6B, quando a língua ainda é falada, mas já apresenta sinais de ameaça, especialmente quando as crianças deixam de adquiri-la como primeira língua. Por outro lado, o conceito de *revitalização* se aplica de forma mais abrangente, ao passo que significa fortalecimento da língua, podendo ser adotado tanto em línguas em risco, mas ainda vivas, quanto naquelas em estados mais críticos, como os níveis 7, 8A e 8B, quando a língua se encontra restrita a poucos idosos ou já adormecida, dependendo de registros para sua retomada.

Por fim, a *retomada* linguística corresponde mais diretamente aos níveis 8b e 9, que representam situações em que a língua não conta mais com falantes maternos vivos, mas ainda é passível de ser reconstruída a partir de registros, músicas, memórias coletivas e mobilização social. Portanto, compreender esses níveis de vitalidade linguística é essencial tanto para a pesquisa acadêmica quanto para valorizar e apoiar as estratégias de resistência, reafirmando que uma língua não se mede apenas pela quantidade de falantes, mas também pelo desejo coletivo de mantê-la viva enquanto território simbólico de memória, identidade e (re)existência.

É importante salientar que a denominação adotada pelos povos ou pesquisadores para a recuperação do idioma pode variar, assumindo ora um caráter político, quando vinculado ao ativismo, ora um caráter acadêmico, dependendo do contexto em que é empregada. Isto é,

mesmo que a situação linguística não corresponda, exatamente, ao significado técnico de revitalização ou reativação, o uso de determinado termo pode refletir a intenção política, identitária ou metodológica dos envolvidos no processo.

3. IMPACTOS DA COLONIZAÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Para entender os processos de resgate linguístico é necessário desenhar um panorama do impacto da chegada do europeu ao território que viria a ser o Brasil, cujos habitantes, de acordo com dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somam, atualmente, cerca de 1,7 milhão de indígenas, que vivem e mantêm suas culturas, muitas vezes, em estreita relação com a natureza local. Ainda segundo o IBGE, a população indígena residente em Terras Indígenas aumentou de 567.582 pessoas em 2010 para mais de 689.532 em 2022, o que representa um crescimento de aproximadamente 21%. Como afirma Duarte (2016, p. 3) “[...] A antiga densidade demográfica que havia no território brasileiro se diluiu na medida em que as frentes de expansão, promovidas pelo homem branco, torna-se mais frequente e permanente de leste a oeste do Brasil.”

Se por um lado, a diversidade estética, no que diz respeito aos distintos cortes de cabelo, pinturas corporais e acessórios foi observada e relatada com curiosidade por Caminha em sua Carta do Descobrimento, assim como por outros cronistas e viajantes que passaram e observaram principalmente a costa do território, ocupada por falantes de línguas do mesmo tronco linguístico; por outro, a diversidade cultural, e em especial a linguística, mostrava-se ainda mais evidente no interior e na região Amazônica. Sobre isso, Duarte (2016, p. 12) diz que se trata de “um dos maiores agrupamentos linguísticos da América do Sul [...]”, possui dez famílias linguísticas”, tendo a diversidade cultural, e em particular a diversidade linguística, mais notável no interior e na região Amazônica. Essa complexidade foi descrita pelo Padre Antônio Vieira como uma Babel, isto é, uma pluralidade de línguas que causava confusões, principalmente para membros da Igreja, que mantinham uma relação mais próxima com alguns povos e suas línguas.

Os membros da Igreja, então, baseados nas recomendações e na metodologia de Manuel da Nóbrega⁴, começaram a tentar aprender o “idioma do gentio”, para, por meio

⁴ Consistia “em dramatizações, ensino de algumas palavras em português, doação de presentes aos nativos visando à construção de empatia, entre outras ações.” e, depois, na metodologia de “retirada de indígenas de

deste, catequizá-lo. Para além de fins catequéticos, a relação entre membros da igreja e indígenas objetivava outro feito maior: “fazer com a língua o mesmo que se fez com o território: a unificação sob um poder central para garantir a lealdade dos súditos à Coroa” (Bagno, 2017, p. 243). Mais tarde, com a adoção do *Ratio Studiorum*, a Companhia de Jesus — organização jesuítica responsável em grande parte pela educação da Colônia (Medeiros, 2015, p. 15) — estabeleceu a distinção dos currículos da educação dos filhos dos colonos, futuros líderes da Colônia, e dos indígenas, que tinham muito a aprender: ler, escrever, contar e, mais enfaticamente, falar português. Este último é ensinado “a fim de facilitar sua inserção na cultura europeia” (Fávero; Passerini, 2021, p. 205). Logo, as classes não eram ofertadas, elas eram arbitrárias para os indígenas e, com elas, visava-se transformá-los de “selvagens primitivos” em homens civilizados e adequados à vontade do rei.

Nota-se o tratamento dado às diversas línguas faladas pelos nativos como apenas uma língua — o *tupi* —, de um só povo — os *tupinambá*⁵, que, segundo Rodrigues (2005, p. 1), “incluem os Tupiniquim, Caeté, Potiguar, Tamoio, etc”. A quantidade de línguas faladas no território chega a 1,2 mil (Rodrigues, 2005, p. 1), com as quais o colonizador não manteve contato em sua totalidade, já que, por muito tempo, estabeleceu sua permanência na faixa litorânea. Entretanto, os estrangeiros influenciaram diretamente nos processos de apagamento de grande parte desses idiomas: 75% deles desapareceram (Rodrigues, 2013).

Já no século XVIII, após a Coroa portuguesa cortar laços com a Companhia de Jesus⁶ e expulsá-la, foi a vez do Império Português substituir os jesuítas no “trato com o índio” e, consequentemente, com suas diversas formas de expressão. O controle do império europeu sobre os povos originários, mais particularmente sobre suas línguas, foi manifestado na Lei de Diretório dos Índios⁷ que impunha “travessias de fronteiras e imposições, como o do uso obrigatório da Língua Portuguesa, para que se impedisse que as línguas indígenas fossem perpetuadas e retomadas” (Apolinário; Moreira, 2021, p. 286).

Vale ressaltar que, a essa altura, uma grande parte dos povos indígenas já haviam sido retirados de seus territórios tradicionais e postos junto a outros povos nos chamados

suas tribos e a sua instalação em aldeamentos (para os adultos) e em missões (para os meninos” (Fávero; Passerini, 2021, p. 206).

⁵ Povo da Costa norte do território, mas os portugueses e europeus usavam o termo para se referir aos povos da Costa do Brasil, com os quais havia mais interação. (Rodrigues, 2015, p. 1)

⁶ Consoante Ferreira (2009, p. 64) “reorientação das práticas culturais com foco no modelo civilizador, no progresso e na educação fomentou o desencadeamento do processo que determinou o distanciamento entre o Estado e a Companhia de Jesus.”

⁷ Directorio que se deve observar nas Povoações dos índios do Pará e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário (1758).

“aldeamentos”, nos quais era retirada ao máximo sua autonomia, dado que a administração desses lugares, antes feita por religiosos, era agora feita por “agentes coloniais laicos” (Apolinário; Moreira, 2021, p. 286).

Dessa maneira, é evidente que todas as ações de Portugal em relação ao Brasil subjugarão as vidas, as culturas e as línguas de seus verdadeiros habitantes ao trazerem uma visão universal de homem e seu ideal monolíngue, enraizando preconceitos contra o que é vários, presentes mesmo após a Independência. Krenak e Pimenta (2019) trazem um discurso necessário sobre as consequências da colonização:

“O que veio a se tornar o atual território brasileiro foi consequência da desestruturação das formas próprias de organização política, social e espacial dos povos originários; mobilizando internamente estas populações, sob o jugo dos interesses do projeto colonial, desterrando e escravizando milhares de pessoas, visando a sua desestruturação como sociedades autônomas, com suas línguas e culturas distintas; resultando na dissolução dos vínculos entre famílias linguísticas que expressavam formas próprias de alianças, governabilidade de seus destinos sobre seus territórios, suporte de sua reprodução cultural [...]” (Krenak; Pimenta, 2019, p.16).

4. PATXÔHÃ: QUANDO A LÍNGUA VOLTA A RESPIRAR

*Awêry, nioktoyná niamisū, Awêry!*⁸

Primeiramente, é importante situar a história desse povo, que, assim como seus povos parentes, sofreu severas consequências oriundas da invasão do homem branco, impactos presentes até os dias atuais. No século XX, os Pataxó⁹ sofreram um grande processo de aculturação, quando seu território foi invadido e sua cultura foi colocada em segundo plano. Por isso, inicialmente, em 1861, apesar de serem um povo nômade, foram forçados a realizar vários aldeamentos, sendo mais conhecido o primeiro deles: o da reserva aldeia Barra Velha, também conhecida como Belo Jardim.

O objetivo da criação dessa aldeia foi ensinar agricultura a indígenas que não tinham o hábito, além de integrá-los à civilização cristã da época. Esse intuito fica evidente na seguinte declaração, de 1861, do então Presidente da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto:

⁸ Tradução — Canto tradicional Pataxó, língua Patxohã — : “Obrigada, grande Deus, obrigada!”.

⁹ Pataxó é a autodenominação utilizada pelo próprio povo.

[...] Há centenas de famílias, ora nas brenhas, e ora na referida vila, sem caráter hostil é verdade, mas persistente em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no Rio-Corumbau em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas” e ainda a respeito da criação da aldeia que “as terras são fertilíssimas e tem proporções para grandes fazendas, mormente para criação de gado um padre, pois, que sabia com doçura encaminhar para a verdade o espírito desta gente... Será suficiente para tirá-los da vida que têm vivido abrindo-lhes os tesouros da civilização (RCID, Território Indígena Barra Velha, 1982. Processo: 2556/82. fls. 21 e 22).

A respeito das tentativas de apagamento e separação, um dos fatos ocorridos de maneira a efetuar esse objetivo ocorreu em 1951, quando a Aldeia Barra Velha, na Bahia, sofreu um ataque: todas as casas do povo Pataxó foram incendiadas; a chacina ficou conhecida entre eles como Fogo de 51. O massacre teve como principal motivação a vingança: dois indígenas, cujas identidades permanecem desconhecidas, que trabalhavam em uma mercearia e a roubaram, incitaram a população a cortar a linha do telégrafo que passava pela aldeia. Tal ação despertou a fúria dos policiais, que passaram a disseminar a ideia de que os Pataxó eram ladrões.

Nesse massacre, muitos indígenas foram mortos e torturados pelos policiais, e outros tiveram que fugir para as matas do estado de Minas Gerais, fato que, conseqüentemente, dispersou muitas famílias. Após essa fuga, alguns Pataxó voltaram para sua aldeia originária na Bahia e, os que não voltaram por medo da repressão, resistiram e formaram novas aldeias, em Minas Gerais.

Por muitos anos, alguns indígenas negaram a sua identidade como forma de sobrevivência, resultado do medo de reviver toda a repressão de 51. Porém, o Pataxó Epifâneo conseguiu reconquistar a confiança do seu povo, e hoje é considerado o capitão da aldeia Barra Velha. Gradualmente, algumas famílias voltaram à sua terra indígena de origem, mesmo que com uma demarcação limitada de 8.627 hectares, na tentativa de reconstruir a sua antiga aldeia e, conseqüentemente, a vida Pataxó e os costumes.

Atualmente, os Pataxó vivem divididos, uma parte no norte de Minas Gerais e outra no extremo sul do Estado da Bahia. Segundo o IBGE, no último Censo Demográfico de 2010, os Pataxó compõem a tabela 1.14¹⁰ com um total de 13.588 habitantes, sendo 6.982 homens e 6.606 mulheres. No entanto, conforme o SIASI (Sistema de Informação da

¹⁰ Pessoas indígenas, por sexo, segundo o tronco linguístico, a família linguística e a etnia ou povo.

Atenção à Saúde Indígena), esse número é menor, dado que, em ¹¹2010, o sistema registrou 11.436 habitantes, sendo 5.839 homens e 5.597 mulheres distribuídos em dezenove aldeias diferentes pelo Brasil. Essa última é mais crível, pois sua coleta de dados demográficos é mais minuciosa e específica, uma vez que foi criada, especificamente, para a população indígena, além de realizar várias missões interministeriais em aldeias.

No *Patxôhã*, a língua do povo que se conhece hoje não parece com sua forma antiga, pois, por terem sido obrigados a se fixarem em um único lugar e por ficarem por um longo tempo totalmente reclusos da sociedade, interagindo apenas com indígenas de outras etnias que também residiam na aldeia Barra Velha, ocorreu uma “miscigenação de palavras”, isto é, uma mistura de diversas línguas e costumes: dialetos de um povo foram passados para outros.

A língua ficou adormecida devido a toda opressão cultural de apagamento e violência sofridas, entre elas a obrigatoriedade da adaptação ao português e aos costumes de um europeu cristão. Por isso, alguns vocábulos foram esquecidos e não praticados pela própria comunidade, e conseqüentemente, foi necessário criar novos léxicos pelos próprios falantes. Foi denominada, então, o *Patxôhã* — “Língua de guerreiro” — no processo de retomada pelo Grupo de Pesquisa *Pataxós*, em 1999, para designar o nome de batismo da língua ressurgida.

O *Atxohã* (“língua” em *Patxôhã*), coletivo formado por pesquisadores e professores localizado na Reserva Indígena Pataxó da Jaqueira — entre o município de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, na Terra Indígena Coroa Vermelha, BA —, desenvolve, há mais de vinte anos, um trabalho voltado para o resgate da língua Pataxó, anteriormente considerada extinta. A Reserva da Jaqueira corresponde a um território retomado em 1997, durante o processo de mobilização das lideranças Pataxó da Aldeia Coroa Vermelha em defesa da demarcação da Terra Indígena de Coroa Vermelha. Ela tornou-se um importante ponto turístico, funcionando como espaço de disseminação da cultura, dos saberes tradicionais e da história do povo Pataxó. Como relatam Oliveira e Costa (2021), os próprios professores e lideranças da comunidade compreendem que o ensino do *Patxôhã* vai além da sala de aula, ele precisa ecoar na vida cotidiana, nos rituais, nas conversas, nos alimentos e nos cantos tradicionais. Esses pesquisadores, oriundos das próprias aldeias, desenvolvem metodologias

¹¹ É importante ressaltar que tanto o IBGE quanto o SIASI ainda não disponibilizaram dados atualizados de 2022 desagregados especificamente para o povo Pataxó. Por isso, utilizam-se aqui as informações mais recentes disponíveis publicamente, referentes ao ano de 2010.

próprias que valorizam os saberes dos “troncos velhos” e das práticas coletivas, dando à língua um sentido vivo e comunitário.

Nesse sentido, as vivências oferecidas aos visitantes — como apresentações culturais, oficinas e o contato direto com a língua, os saberes e os modos de vida da comunidade — fortalecem a identidade coletiva, estimulam a economia local e contribuem para a valorização da cultura tradicional, tanto entre os moradores mais jovens quanto entre aqueles que chegam ao território. Essas práticas, que envolvem tanto a transmissão de conhecimentos ancestrais quanto a partilha de experiências com quem chega, cumprem um papel essencial: o de gerar renda de forma autônoma e, ao mesmo tempo, valorizar uma herança cultural que, muitas vezes, foi marginalizada.

É imprescindível ressaltar que o processo de reconstrução do Patxôhã, língua do povo Pataxó, representa uma das expressões mais vigorosas do esforço coletivo em reconstituir formas próprias de comunicação, organização do pensamento e transmissão de saberes. A sistematização lexical apresentada no artigo “Patxôhã: A retomada da língua do povo Pataxó”, de Anari Bomfim (2017), pesquisadora e membro do grupo de professores Pataxó responsável por esse trabalho, revela que os vocábulos têm sido recuperados por meio da escuta de anciãos, da análise de registros históricos, como os produzidos por Maximiliano de ¹²Wied-Neuwied, no século XIX, e da sistematização didática de materiais como o Caderno de Expressões, elaborado nas aldeias. A seguir, apresentamos uma seleção de vocábulos extraídos do referido artigo, acompanhados de suas respectivas traduções e campos semânticos:

Vocábulo em Patxôhã	Tradução em Português	Campo Semântico
Tiäng	Água	Natureza / Elementos
Nionaikikepá	Inimigo	Relações sociais
Côa	Fogo	Natureza / Elementos
Man	Homem (são)	Saúde / Descrição
Awêry	Obrigada	Cotidiano / Comunicação

¹² Naturalista e etnólogo alemão que esteve no Brasil no início do século XIX. Ele registrou vocábulos de diversas línguas indígenas, entre elas o que ele identificou como sendo o “Botocudo” (termo genérico usado na época para referir-se a povos do tronco Macro-Jê, como os Pataxó, Maxakali, Malali etc.) (Bomfim, 2017).

Kayboka	Cachaça	Cultura / Alimentação
Gropijop	Bebida	Cultura / Alimentação
Putuxop	Papagaio	Natureza / Cultura
Nioktoyná niamisū	Grande Deus	Espiritualidade

Fonte: elaborado pela autora a partir de Anari Bomfim (2017)

Entretanto, é importante lembrar que a língua Patxôhã ainda não conta com um vocabulário amplamente registrado, como acontece com línguas que possuem uma longa tradição escrita. Muito do que se sabe permanece vivo na oralidade e na memória dos mais velhos, sendo resgatado gradualmente por meio de entrevistas, oficinas de língua e outras práticas desenvolvidas na própria comunidade. Essa realidade mostra o quanto a língua é viva e carregada de significado, mas também revela os desafios enfrentados pelos falantes, especialmente quando se trata de organizar materiais didáticos, gramáticas e dicionários que sistematizem esse conhecimento. Como enfatiza Bomfim (2017), o Patxôhã é uma língua em processo, que se reconstrói a partir da experiência vivida, da resistência cultural e do desejo profundo de manter viva uma identidade historicamente ameaçada.

É nesse contexto de retomada que as palavras do professor de Patxôhã Araribe Pataxó (2017) possui ainda mais significado, reafirmando a importância desse processo: “Porque se você deixa sua cultura morrer, a sua história morre. E, uma vez que sua cultura morre, a geração futura vai ser uma geração sem passado.”



Figura 1: placa de identificação cultural em língua Pataxó na Reserva da Jaqueira.

Fonte: site do Porto Seguro Passeios, 2025.



Figura 2: foto registrada durante cerimônia tradicional na Reserva Pataxó da Jaqueira.

Fonte: site do Pataxó Turismo, 2025.

Uma das mais importantes guardiãs da memória linguística dos Pataxó é a anciã Zabelê, cujo nome de batismo era Luciana Maria Ferreira. Considerada a última falante fluente do Patxôhã em sua época, resistiu bravamente aos efeitos do apagamento cultural provocado por eventos como o Fogo de 51, citado anteriormente, que forçou seu deslocamento da Aldeia Barra Velha para Cumuruxatiba, na Bahia. Dessa maneira, mesmo sem formação acadêmica formal, Zabelê desenvolveu uma pedagogia própria, enraizada na oralidade, no afeto e na vivência comunitária. Ela reunia crianças ao redor da fogueira, contava histórias, ensinava nomes de alimentos tradicionais em sua língua ancestral e estimulava o uso do Patxôhã em situações cotidianas, como relatam Oliveira e Costa (2021) a partir de estudos sobre a anciã:

Zabelê, em uma das suas artes de inventar metodologia para o ensino de língua Pataxó, teve a ideia de toda tarde reunir seus netos, sobrinhos e outras crianças da aldeia para contar histórias e cortar língua como dizia ela, mas sempre tinha a ideia de todas as sextas-feiras fazer uma grande fogueira em seu quintal de casa, assava peixe na patioba, fazia cauim, fazia beiju, farinha de coco e outros alimentos da culinária Pataxó, então fazia uma grande roda e começava a cortar língua (falar na língua Pataxó) com as crianças. Todos tinham que prestar muita atenção no que ela falasse, porque depois ela voltava e perguntava o nome de cada alimento ali presente, todos teriam de responder a palavra certa na língua Pataxó sem pronunciar o português, se falasse errado não participava do banquete. Exemplo: Hãwúy upú tapitá (paçoca de banana). [...] Se pronunciasse em português passava para outra criança, porque não podia. Para ela a língua portuguesa era a língua do ¹³homem branco (Oliveira; Costa, 2021, p.474).

¹³ Entendida por Zabelê como símbolo da colonização e da perda da identidade.

Em suma, o *Pataxohã* é um dos casos brasileiros mais bem-sucedidos de retomada linguística. Os *Pataxós* são um povo constituído de guerreiros que sobreviveram a todas as tentativas de colonização e genocídio dos indígenas brasileiros supracitadas. Essa resistência não se calou em 1951, a luta atual dos Pataxó ultrapassa a mera sobrevivência física: ela se manifesta na reivindicação de territórios livres de ameaças, na defesa de uma educação e saúde de qualidade, e, sobretudo, no direito de preservar e expressar sua identidade por meio da língua.

Como exposto, a memória é uma ferramenta fundamental para esse povo, pois é a partir dela que são repassadas as histórias e músicas dos anciãos, visto que eram um povo ágrafo, ou seja, não possuíam o domínio da escrita, e seu material linguístico era totalmente oral. Por isso, a música e a memória dos mais velhos foram algumas das estratégias linguísticas adotadas pelos jovens pesquisadores para retomar a língua e aprendê-la novamente, configurando-se como grandes aliadas do resgate do *Patxohã*.

5. A RETOMADA DOS PURI E O KWAYTIKINDO

*Puri Tahé — Antah Krim*¹⁴

Os Puri são nomeados pelos não-índios como ¹⁵Coroados, ocupantes de “toda a região banhada pela bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e áreas limítrofes das bacias dos rios Grande e Doce” (Puri, 2020, p. 78). Assim como os Pataxó, esse povo também sofreu grandes impactos dos objetivos maléficos dos colonizadores, que tinham interesse na mão de obra indígenas e em suas terras, a fim explorar ambos, retirando todas as forças e matérias úteis presentes na terra para fins agrícolas, principalmente, os minérios. No caminho para alcançar tais objetivos, o homem branco fazia o que fosse necessário para expropriar os indígenas de seu território ancestral, levando-os à dispersão, ao etnocídio e, conseqüentemente, ao apagamento de suas práticas culturais, saberes e formas de existência. Em relação à primeira estratégia, a historiadora Txâma Puri diz que “a diáspora indígena foi mais do que uma mera troca de lugar, pois foi forjada por lutas sangrentas que violentavam não somente o próprio corpo indígena, como também sua forma de produção

¹⁴ Tradução — Trecho do canto tradicional Puri, língua Kwaytikindo — : “Sangue do ancestral puri”.

¹⁵ Designação que faz alusão à ousadia com que surpreendiam seus inimigos durante os combates. Eram considerados pelo governo como selvagens.

cultural.”¹⁶(Puri, 2019).

Atualmente, o povo ocupa alguns assentamentos em um de seus territórios tradicionais, como em Araponga, zona rural de Minas Gerais, no qual a Associação de Agricultores Familiares de Araponga atua como uma entidade que luta pela preservação da cultura Puri, especialmente nos aspectos da agricultura, arte e educação. Além disso, há uma comunidade em Barbacena–MG, onde a Associação Regional dos Remanescentes de Índios Puri Padre Brito estimula a valorização da língua e de conhecimentos tradicionais do povo, como a medicina natural, por exemplo.



Figura 3: foto registrada na cobertura da reportagem do Jornal Expresso sobre o 2º Festival da Cultura Indígena Puri Padre Brito, realizado em Barbacena–MG, em 2018.

Mas foi no contexto urbano, mais especificamente na Aldeia Maraká'nà (antiga sede do Serviço de Proteção ao Índio, no Rio de Janeiro, hoje ocupada por uma comunidade composta por diversas etnias indígenas) que se iniciaram dois movimentos essenciais ao resgate da língua e dos costumes dos Puri: o Movimento de Ressurgência Puri e o Movimento Resistência Puri¹⁷. Tutushamum Puri (2021), representante do Movimento Resistência Indígena Puri, denominado Teyxokawa Puri /,tej.fo.ka.'wa. pu.'ri/ a, ressalta a relevância da aldeia Maraká'nà no processo de retomada da língua ao afirmar que

Aquele território indígena resistindo a diversos despejos ao longo de 15 anos, na capital do Rio de Janeiro, possibilitou a vivência coletiva Puri que levou a esse processo na nossa língua. O trabalho de Urutau Guajajara — cacique da Aldeia

¹⁶Trecho retirado de uma das notas do texto: Povo Puri — História e (R)existência. Disponível em: https://indiospuris.blogspot.com/2019/05/povo-puri-historia-e-reexistencia_56.html?m=1.

¹⁷Movimentos de protagonismo indígena em sua revitalização. A Resistência Puri surgiu da Resistência Aldeia Maraká'nà, e se formalizou em 2017, 2 anos após chegar ao *Facebook*, quando passou a abranger relatos de Puris de várias regiões do Brasil. Hoje também é denominado de Teyxocawa “[...] assim que se depreendeu a palavra para 'resistir'” (Puri, 2020, p. 83).

Maraká'nà e também linguista — é um trabalho de promoção e fortalecimento das línguas indígenas. Sem dúvida isso influenciou no nosso processo. Foi ele quem apresentou para nós o trabalho de Čestmir Loukotka, que tem a maior quantidade de registros de oralidade dos nossos antigos (Tutushamum Puri, 2021, p. 19).

O *kwaytikindo*, língua do povo Puri, deixou de ser falada no período do final do século XIX e início do século XX — não por motivos aleatórios, mas devido a desenvolvimentos relativos a “relações de poder, de desenvolvimentos provocados” (Zimmerman, 1999, p. 72 *apud* Gonçalves, 2009, p. 207) —, sendo considerada uma língua extinta, ou seja, sem falantes nativos vivos. Os relatos coletados nos estudos do historiador Marcelo Lemos (2016) ajudam a compreender as relações de poder que influenciaram o processo de extinção da língua Puri, conforme mencionado anteriormente. Segundo esses registros, na década de 1950 (século XX) existia uma aldeia Puri na zona rural de Carangola–MG, situada em uma fazenda conhecida como Cachoeira do Boi. Esses dados reforçam que a tese de extinção do povo Puri foi, na verdade, parte de um processo sistemático de *apagamento de identidades indígenas*, promovido pelo Estado brasileiro. Tal processo ocorreu por meio de leis que negavam a existência dessas populações para justificar a apropriação de seus territórios (Lemos, 2016 *apud* Puri, 2020, p. 3).

Porém, o seu estado de extinção não significou sua morte. Palavras sobreviventes permaneceram vivas na memória dos Puri, misturadas a palavras em língua franca (português); e cantos rituais que davam ritmo a famosa Dança dos caboclos, herança de uma tradição do povo Puri de Araponga.

Foi a partir desses materiais, de relatos de viajantes sobre os falantes do Puri-coroado, e de registros da oralidade documentados por linguistas nos séculos XVII e XIX, além de palavras e descrições de línguas da mesma família¹⁸, que, no final do século XX e começo do século XXI, motivados pela necessidade de usar mais elementos de sua língua nas vivências diárias, indígenas Puri iniciaram a retomada de sua língua.

As pesquisas empreendidas por integrantes do grupo de pesquisa *Txemim Puri*¹⁹, a partir de 2011, baseadas em todo o material supracitado, atualizou antigos vocabulários da língua, elaborou materiais didáticos, criou e recriou cantos em *kwaytikindo* (nome dado à versão retomada da língua Puri) e, desde 2018, vêm realizando discussões e pesquisas para a

¹⁸ O próprio idioma Coroado, que em alguns estudos ainda aparece dissociado do idioma dos Puri e, o Koropó (Neuwied, 1940, *apud* Puri, 2020, p. 81).

¹⁹ Projeto/grupo de pesquisa e revitalização da língua Puri, e de resgate e preservação da história e da cultura Puri (Puri, 2020, p. 83), vinculado ao Movimento Resistência Puri.

elaboração de um acordo ortográfico próprio da língua. Os resultados dessas pesquisas são compartilhados nas rodas de conversa e também usados na comunicação entre os Puri, principalmente por meio de redes sociais, dada a dispersão do povo Txemim o; além de serem basilares para o ensino da língua no Grupo de Estudo *Kwaytikindo*, administrado pelo *Teyxocawa Puri*. Como sintetiza Namá Puri: “[...] boa parte das nossas atividades são organizadas online. Afinal, não temos território. Somos um povo das nuvens” (Opierj, s.d.).

Assim como em outras experiências de retomada linguística no Brasil, o processo de reconstrução da língua Puri, o *Kwaytikindo*, envolve a criação e reorganização de vocábulos e estruturas gramaticais a partir de registros históricos, memória coletiva e práticas rituais. A seguir, apresentamos alguns dados extraídos dos materiais produzidos pelo povo Puri, organizados no Projeto Txemim Puri(2020) citado anteriormente:

(1) Correspondência Grafema–Fonema

Grafema	Fonema	Grafema	Fonema
A	/a/	Ñ	/ɲ/
TX	/ɣ/	DJ	/dʒ/
X	/ʃ/	Y	/j/
RR	/r/	R	/j/
Ĭ	/i/	L'	/ɾ/
TS	/ts/	NG	/ŋ/ (final)

Fonte: elaborado pela autora a partir de Puri (2020)

(2) Processos Morfológicos: partículas derivacionais identificadas

{-NA}: nominalizador

Tara (“dormir”) → *Tarana* (“sono”)

{-MA}: adjetivadora ou particípio passado

Preton (“calor”) → *pretonma* (“quente”)

{-OM}: agentiva

Héta-kran (“fugir”) → *Héta-kran-om* (“fugitivo”)

{-LE}: verbalizadora

Ñaman (“água”) → *Ñamanle* → (nadar)

(3) Formação de Palavras com valor cosmológico

Exemplos de palavras compostas associadas às experiências culturais e ambientais:

Gwaratirukah = *Gwara* (“lagarto”) + *Uka* (“pedra”)

→ Significa “meio-dia”, entendido como o tempo do lagarto sobre a pedra.

Miripon = *Miri* (“olho”) + *Ponan* (“onça”)

→ Palavra para “noite”, remetendo à presença vigilante da onça.

Pokete = *Poke* (“fumo”) + sufixo

→ Palavra para “espirro”, associada ao uso ritual do rapé.

(4) Ordem dos Constituintes: a ordem sintática identificada na retomada linguística varia entre

Sujeito + Objeto + Verbo → *Tangweta tangwa txo* = “A sombra vê o macaco”

Sujeito + Verbo + Objeto → *Taheantah tri no yuñun boase he koyama* =
“O(a) ancestral sabe onde sua palavra é falada”.

A partir dos dados acima, coletados pelos integrantes do Projeto Txemim Puri, é possível perceber um esforço coletivo e criterioso na sistematização de elementos linguísticos fundamentais para a retomada do Kwaytikindo. O primeiro quadro apresentado, sobre a correspondência grafema-fonema, demonstra um cuidado com a fonética específica da língua, ao registrar sons que não estão presentes no português, como o uso do fonema /ɲ/ representado por "Ñ", ou do fonema /ʈ/ representado por "TS". Esses registros reforçam a singularidade da língua Puri e sua complexidade fonológica, evidenciando o trabalho de

reapropriação dos sons que pertencem à sua tradição oral.

Enquanto o segundo quadro, que trata dos processos morfológicos, revela como a língua opera na formação de novas palavras, destacando sufixos que desempenham funções específicas, como {-NA}, para nomes, ou {-MA}, com valor adjetival. Logo, essa sistematização é fruto da escuta atenta dos registros históricos e da recriação linguística com base nos padrões observados nas formas antigas. A identificação dessas partículas permite à comunidade formar novos vocábulos e adaptar a língua a usos contemporâneos, sem romper com sua lógica original.

No terceiro quadro, o valor simbólico da língua Puri é elevado por meio da criação de palavras compostas com forte carga cosmológica. A expressão “*Gwaratirukah*”, por exemplo, carrega mais do que uma designação para “meio-dia”, ela traduz uma imagem cultural de um lagarto sobre uma pedra, conectando tempo e natureza. Isso revela que o *Kwaytikindo*, além de instrumento de comunicação, é também uma forma de expressar a visão de mundo do povo Puri, marcada pela relação profunda com a terra, os animais e os ritmos da natureza.

Por fim, no quarto item, a análise da ordem dos constituintes (Sujeito + Objeto + Verbo ou Sujeito + Verbo + Objeto) evidencia que a língua apresenta tanto uma ordem menos marcada, mais geral, quanto outra mais marcada, utilizada em contextos específicos. Esse fenômeno não é exclusivo do Kwaytikindo: no português, por exemplo, embora a ordem canônica seja SVO, é possível, em determinados contextos pragmáticos, encontrar variações, como em “*Esse livro, eu já li três vezes.*” No caso da retomada linguística Puri, essa alternância pode estar relacionada ao caráter oral da língua e às necessidades comunicativas atuais, sobretudo em função da dispersão territorial dos falantes e do uso frequente de ambientes virtuais para o ensino e prática da língua.

Desse modo, os gráficos e dados apresentados mostram como a própria pesquisa linguística pode ser uma ferramenta viva de resistência e (re)existência. Cada sufixo resgatado, cada fonema registrado, cada nome feito representa um passo rumo à reconstrução de da identidade linguística do povo Puri.

Infelizmente, em meio a esse processo de retomada identitária, destaca-se a manifestação do povo Puri diante do incêndio ocorrido, recentemente, em setembro de 2018, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que resultou na destruição de grande parte do acervo etnográfico, arqueológico e científico da instituição.

Por meio de nota oficial, publicada no Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), o povo Puri expressou sua indignação e pesar: “Nos negligenciam e nos destroem em vida e ainda depois de mortos” (CEDEFES, 2018).

Na referida nota, os Puri ressaltaram que o Museu Nacional abrigava acervos que testemunhavam a presença de seus antepassados, além de registros fundamentais para o fortalecimento das ações de ressurgência que vêm sendo conduzidas pelo próprio povo, especialmente no que se refere ao resgate e à reconstrução da língua kwaytikindo:

Entre as irreparáveis perdas ocorridas nessa tragédia estão o arquivo Curt Nimuendaju, contendo o original do mapa étnico-histórico-linguístico com a localização de todas as etnias do Brasil datado de 1945; registros únicos de história, cultura e cosmovisão de muitos povos indígenas; registros únicos da língua de nosso povo Puri e outros. Isso soa como o terceiro ato de uma ópera de destruição que começou com o genocídio dos falantes dessas línguas, e foi seguido pela proibição de que os poucos sobreviventes as falassem, as mantivessem vivas; agora assistimos às chamas consumirem os registros dessas línguas, que em alguns casos é a única coisa que restou de povos já extintos. Agora apagados de vez da História (CEDEFES, 2018).

Decerto, o incêndio ocorrido em 2018 não acarretou numa perda meramente patrimonial, mas foi além disso, pois se configurou como um novo episódio de violência simbólica e estrutural contra os povos indígenas no Brasil, inserindo-se na longa trajetória de negação e invisibilização de suas existências. Logo, a manifestação do povo Puri evidencia a centralidade da memória na luta por reconhecimento e reafirmação identitária, além de reforçar a necessidade de políticas públicas que assegurem a preservação dos patrimônios materiais e imateriais dos povos originários, assim como o fortalecimento de seus processos autônomos de retomada cultural.

Como exposto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o povo Puri enfrentou um processo sistemático de violência e expulsão de seus territórios tradicionais, caracterizado por ações que podem ser compreendidas como genocidas. Aqueles que conseguiram sobreviver foram forçados a se deslocar para outras regiões, fugindo das ameaças constantes. Embora o discurso oficial tenha sustentado por muito tempo a ideia de que os Puris haviam sido extintos ou completamente assimilados, a realidade mostra o contrário: o grupo resistiu, mantendo viva sua cultura, sua memória e sua identidade coletiva. Atualmente, os povos indígenas vêm conquistando maior visibilidade e valorização na sociedade, afirmando sua presença histórica e cultural, mesmo diante de antigas tentativas de apagamento. Nesse sentido, segundo Durazzo e Costa (2022, p.4) “Não se trata, então, de uma luta somente por suas expressões culturais, mas pelo direito de reconhecimento enquanto comunidade, fato

encadeador de diversos direitos, os quais se quer retirar”.

6. O ‘LEVANTE LINGUÍSTICO’ INDÍGENA NO NORDESTE BRASILEIRO

Embora os processos de retomada das línguas Patxôhã e Kwaytikindo tenham suas particularidades, eles fazem parte de um movimento mais amplo de resgate linguístico que vem ganhando força em várias partes do Brasil, com destaque para o Nordeste. Conforme o último Censo de 2022, a região Nordeste ocupa o segundo lugar no ranking regional, abrigando 1.764 localidades indígenas, o que corresponde a 20,59% do total nacional. Nessa região, diferentes comunidades indígenas têm reunido saberes tradicionais, práticas culturais e apoio de pesquisadores para fortalecer suas línguas e enfrentar os efeitos de um longo processo de silenciamento imposto desde a colonização.

Para entender melhor esse cenário, é útil considerar o estudo feito por Carvalho e Reesink (2018), que analisaram duas décadas de produção acadêmica voltada aos povos indígenas do Nordeste; bem como para a análise de Bonfim e Durazzo (2023), que caracterizam a região como uma *área etnolinguística das línguas encantadas*, na qual os processos de retomada linguística estão profundamente ligados às relações cosmopolíticas com os encantados e ao território enquanto documento linguístico vivo. Carvalho e Reesink (2018) mostram como uma região marcada pela expansão colonial e por intensas perdas territoriais e culturais passou, nas últimas décadas, a ocupar um lugar de destaque nas ciências sociais. Isso tem acontecido graças à atuação de novas formas de organização indígena, às alianças interétnicas e às estratégias de reconstrução identitária. Segundo os autores, as etnologias do Nordeste passaram a ser compreendidas como parte de um campo de pesquisa vivo, no qual “as cosmologias e as relações mais-que-humanas com os *encantados*” continuam sendo mobilizadas como formas legítimas de existência e resistência (Carvalho; Reesink 2018, p. 76). Essa mudança de perspectiva tem permitido compreender os processos de retomada linguística como parte de uma política indígena mais ampla, em que a linguagem atua como ferramenta de reocupação simbólica do território.

Sobre os *encantados*, Bonfim e Durazzo (2023) destacam que, em diversos povos, acredita-se que “a língua está com os encantados”, sendo esses seres espirituais os responsáveis por preservar e, por vezes, devolver a linguagem ancestral à comunidade:

Como “línguas-espírito”, as línguas encantadas sugerem a ampliação dos conceitos de “falante”, “lembradores” e “transmissão” correntes nos trabalhos linguísticos tanto nos contextos de descrição formal quanto dos projetos de

revitalização/retomada [...] Os encantados são igualmente falantes das línguas indígenas das comunidades com as quais se relacionam, e guardam conhecimento linguístico de forma distinta dos lembradores humanos, pois regulam a própria circulação do idioma. São, portanto, os principais responsáveis pela transmissão linguística, o que leva à ampliação da noção de *transmissão intergeracional* para a de uma “*transmissão cosmopolítica*” (Bonfim; Durazzo, 2023, p.10. Grifo nosso).

Nessa perspectiva, como enfatizado anteriormente, a retomada territorial e a retomada linguística são processos interdependentes, dado que a paisagem, os sons e os lugares sagrados fazem parte da própria vitalidade da língua. Entre o povo *Anacé*, do Ceará, por exemplo, o barulho do mar e o toque do búzio, usados tradicionalmente na comunicação, são elementos que ajudam a “despertar” a língua:

“[...] Barulho do mar, e a retomada de lugares como a lagoa do Cauípe, situada entre as dunas, mas que cosmologicamente (e geologicamente) integra o mar possuindo portos, cidades, embarcações, marés, regimes de vento, permite justamente reativar a sonoridade marinha na qual a língua está inserida (Bonfim; Durazzo, 2023, p.8).

Ainda segundo os autores, de modo semelhante, o povo *Tikuna*, habitantes da região amazônica, associam elementos da prosódia de sua língua a instrumentos musicais, como a flauta, demonstrando como a sonoridade do território integra a estrutura e a circulação da língua materna. Assim, a retomada territorial permite a recuperação de referências sonoras que constituem a dinâmica da oralidade, sobretudo em relação à paisagem acústica, ou seja, aos sons significativos para cada povo. Da mesma forma, a presença dos *encantados* também está, diretamente, vinculada à paisagem e à história local, refletindo as experiências, mitos e práticas de cada comunidade. Eles são fundamentais para a manutenção e transmissão das línguas indígenas, pois representam não apenas uma dimensão espiritual, mas também a continuidade da cultura e da identidade de cada povo, reforçando a inseparabilidade entre língua, território e cosmologia.

Por fim, apresentamos algumas experiências de reafirmação étnica e cultural que envolvem, direta ou indiretamente, ações de retomada linguística por povos indígenas da região Nordeste, conforme descrito por Carvalho e Reesink (2018). As informações foram reunidas a partir de levantamentos etnográficos e do acompanhamento das lutas territoriais e identitárias protagonizadas por esses povos ao longo das últimas décadas, como mencionado anteriormente. Indicamos, a seguir, algumas dessas experiências nos diferentes estados nordestinos (cf. Carvalho; Reesink, 2018):

- **Bahia:** Além dos Pataxó Hãhãhãe, temos os povos Tupinambá de Olivença, os Kiriri, e os Tuxá. O caso Tupinambá, por exemplo, é mencionado como um processo emblemático de retomada territorial que se articula com a revalorização da língua e dos saberes ancestrais. Os Tuxá, por sua vez, enfrentam a perda da língua em função da desestruturação provocada pelo deslocamento compulsório com a construção da barragem de Itaparica, mas seguem desenvolvendo ações de rearticulação cultural.
- **Pernambuco:** O povo Fulni-ô, falante do *Yatê*, é apontado como caso singular por manter viva sua língua ancestral com transmissão intergeracional contínua. Além deles, os karaxuwanassu, da língua kaxwrietã, os Pankararu, Xukuru, Atikum, Truká e outros grupos têm sido identificados como protagonistas de movimentos de retomada étnica e cultural, muitas vezes em contextos de violência e conflito territorial, nos quais a língua se reinscreve como símbolo de resistência.
- **Alagoas:** Os Kariri-Xocó (*Dzubukuá-Kipeá*), habitantes da região de Porto Real do Colégio, têm se destacado pelo ativismo político-cultural e pelas ações voltadas à reconstrução da memória linguística. Segundo Carvalho e Reesink (2018), há entre eles uma forte ênfase na oralidade e no fortalecimento da identidade indígena a partir da reconfiguração das relações com o território e com os seres encantados, que também guardam os saberes linguísticos.
- **Ceará:** Povos como os Tremembé, Tapeba, Jenipapo-Kanindé e Pitaguary são referidos como parte de um conjunto de grupos que vêm reconstruindo suas territorialidades e identidades a partir da reivindicação da ancestralidade indígena. A retomada da língua, embora fragmentada, aparece como gesto simbólico que articula práticas espirituais, cantos, nomes e narrativas ligadas aos encantados.
- **Paraíba e Rio Grande do Norte:** Povos como os Potiguara, Tabajara, Tapuia Paiacu e outros em autodeclaração têm mobilizado memórias linguísticas associadas ao Tupi e a línguas da família Kariri. Embora os autores não relatem projetos formais de revitalização nesses estados, eles apontam o papel simbólico das línguas nas mobilizações políticas e no reconhecimento dos modos próprios de ser indígena.

Em suma, reconhecer essas tentativas de resgate linguístico-cultural como legítimas e, sobretudo, como vivas, é um passo essencial para romper com visões que ainda reduzem os povos indígenas a uma imagem de passado. As retomadas linguísticas em curso no

Nordeste mostram que a língua é também território, é corpo coletivo, é resistência cotidiana. Ao valorizarmos essas experiências, ampliamos nosso entendimento sobre o que é falar, lembrar e transmitir, abrindo espaço para uma escuta mais sensível às múltiplas formas de existência que coexistem no Brasil de hoje.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da reconstrução do *Patxohã* e do *Kwaytikindo* para seus respectivos falantes, conclui-se que, a partir desse processo, é reconstruído também o povo, no sentido de ser dada uma ressignificação a tradições que, apesar de mantidas, perderam suas expressões orais. Dessa maneira, é essencial que, nos movimentos de retomada das línguas e das diversas culturas ancestrais, os indígenas sejam protagonistas, ou, ao menos, estejam totalmente envolvidos, pois os processos beneficiarão suas existências (diversas e, ao mesmo tempo, singulares), e as vivências cotidianas em suas comunidades, sendo valorizados os modos de vida particulares.

Entretanto, é fundamental reconhecer que esses povos indígenas não devem ser vistos apenas como *ressurgidos*. Apesar das inúmeras batalhas e tentativas de extermínio, eles resistiram e permaneceram *vivos*, e foi, justamente, essa resistência que possibilitou o levante linguístico-cultural que vivenciamos hoje. Esses devem:

“Ser reconhecidos por nossa história de resistência e não por nossa suposta ressurgência ou emergência”, sendo designados não mais por uma dessas formas, mas como “índios resistentes”, em uma ação de reversão do efeito substancializador e estigmatizante das designações anteriores (Arruti, 2006 apud Puri et al, 2021 p. 83).

Consoante Rodrigues (2005), a primeira carta magna a reconhecer direitos fundamentais dos povos indígenas foi promulgada em 1988, na Constituição Cidadã. O fato é que os direitos não foram respeitados antes e não vêm sendo respeitados desde então. Todos os dias ouvem-se notícias de invasão de terras demarcadas, assassinato e estupro de pessoas indígenas.

Assim como discutido, os anos que se passaram desde o fim do século XV foram marcados por uma violação constante a todos os direitos humanos básicos: à liberdade, à vida, à segurança pessoal. A essas se somam inúmeras formas de violência, injustiça, tortura e servidão impostas ao longo dos séculos. Além disso, foram e ainda são feridos os direitos de identidade cultural e multiétnicidade, tais como: autoidentificação, liberdade para

expressar culturas, falar suas línguas, de vestir-se e pintar-se (ou não), de exercer seus credos, participar de seus rituais, etc. Destaca-se o artigo 13 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008):

1. Os povos indígenas têm o direito de revitalizar, utilizar, desenvolver e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosofias, sistemas de escrita e literaturas, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas e de mantê-los.
2. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir a proteção desse direito e também para assegurar que os povos indígenas possam entender e ser entendidos em atos políticos, jurídicos e administrativos, proporcionando para isso, quando necessário, serviços de interpretação ou outros meios adequados.

A declaração de direitos como esse são essenciais, mas trazer conhecimentos para a sociedade em geral também é imprescindível, como afirma Baniwa (2019):

Há uma necessidade urgente de promoção no ambiente da escola e em toda sociedade de imagens positivas, reais e atuais sobre os povos indígenas que ajudem a superar as visões, os imaginários e as representações estereotipadas de índio violento, traíçoeiro, sujo, preguiçoso, canibal, sem cultura, educação, conhecimento, civilização, alma, sentimento, língua, valores (Baniwa, 2019, p. 102).

Por fim, é importante ser enfatizada a força que uma língua possui a partir do momento que, em função dela, torna-se possível a representação e resgate identitário de um povo, visto que ela possibilita, com o auxílio da memória — como forma de preservação e manutenção — a revitalização de narrativas, visão singular do mundo e tradições orais antes adormecidas e/ou caladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRALIN. Luiz Amaral — *Revitalização, Retomada e Manutenção de línguas ameaçada*, 2020.

ABRALIN ao vivo — *Linguists Online* (ABRALIN, CIPL, ALFAL, SAEL, LSA), 2020. 1 vídeo (2h5min). Disponível em: <https://youtu.be/nJNnBiT1oDU>.

AMARAL, Luiz. *Estratégias para a revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira*. In: *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 3, p. 1-44, 2020.

APOLINÁRIO, J. R.; MOREIRA, V. M. L. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Saeculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 44, p. 281–289, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.60290.

BANIWA, Gersem. Direitos Humanos e direitos indígenas na perspectiva da lei n. 11.645/2008. In: *Educação em rede: Culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio — Departamento Nacional, 2019. v. 7, p. 82–105.

BRAZ DOS. *História do ponto de vista Pataxó: território e violações de direitos indígenas no extremo sul da Bahia*. Orientador: Professor Dr. Paulo Maia. 2017. 74 f. v. 1, TCC (Graduação) — Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, Ciências Sociais e Humanidades, a Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Linguística /Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 13, n.1 jan. de 2017, p. 303–327.

BOMFIM, Anari Braz. *Patxohã, "Língua de Guerreiro"*: um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó. Orientador: América Lúcia Silva César. 2012. Dissertação (Mestrado) — Curso de Filosofia e ciências humanas, Centro de estudos afro orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BONFIM, E. de S.; DURAZZO, L. *Retomadas linguísticas indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo: um mapeamento etnográfico*. In: Scielo Preprints, 2023.

CAMARGO, Nayara da Silva. Identidade linguística — questão de revitalização da Língua Tapayuna. *Letras Escreve*, Macapá (UFAP), v. 4, 143-159, 2014.

CARVALHO, R. F. “O Diretório Pombalino”: legislação e liberdades indígenas na capitania do Siará Grande. *Saeculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 44, p. 455–472, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.57778.

Carvalho, M. R., & Reesink, E. B. (2018). Uma etnologia no Nordeste brasileiro: Balanço parcial sobre territorialidades e identificações. BIB — *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (87), 71–104.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA — CEDEFES. *Nota do povo indígena Puri sobre o incêndio no Museu Nacional — UFRJ*, 2018. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/nota-do-povo-indigena-puri-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-ufrij/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

DUARTE, F. B. Diversidade linguística no Brasil: A situação das línguas ameríndias. *Revista Caletroscópio*, Belo Horizonte, v. 4, 27-62, 2016.

FERREIRA, Crisney Tritapeppi. *A educação nos aldeamentos indígenas da capitania de São Paulo no século XVIII (entre a expulsão jesuíta e as reformas pombalinas)*. Orientador: Prof^a. Dr^a. Circe Maria Fernandes Bittencourt. 2009. Dissertação (Mestrado em educação: história, política, sociedade). PUC-SP, São Paulo, 2009.

FOLTRAN, Francisco. *Direito à identidade cultural dos povos indígenas: Análise de casos da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Orientador: Prof^a. Dr^a. Melina Girardi Fachin. 2018. 38f, v.1, TCC (Graduação) — Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GONÇALVES, Solange Aparecida. Por um planejamento linguístico local. *Revista Investigações*, Recife (PPGL-UFPE), v. 22, 205-237, 2009.

ÍNDIOS PURIS. *Povo Puri: História e (R)existência*. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

KRENAK, Ailton; PIMENTA, Angelise Nadal. Uma colônia nos trópicos. In: *Educação em rede: Culturas indígenas, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio - Departamento Nacional, 2019. v. 7, p. 12- 26.

KWAYTIKINDO: um lugar para se pensar a língua Puri. Rio de Janeiro, 2016–2018.

LEISTER, Margareth. Aculturação e identidade cultural: Uma revisão do direito internacional dos direitos humanos. *Derecho y Cambio Social*, Lima, ano 10, n. 31, p. 1-23, 2013.

MEDEIROS, R. R. A. de. Gramática e texto literário na gênese da disciplina escolar Português. *Domínios de Linguagem*, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 14–42, 2015. DOI: 10.14393/DL20-v9n4a2015-2.

DURAZZO, Leandro; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. *Revista delCESLA, Universidad de Varsovia*, Centro de Estudios Americanos, 31 dez. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Constituição (2007). *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. Rio de Janeiro, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.

OLIVEIRA, C. M.; COSTA, F. V. F. da. Voos na sabedoria: o ensino do patxôhã na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê. *Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 461–484, 2021.

OPIERJ: ORGANIZAÇÃO DE PESQUISADORES INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Puri*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://opierj.org/puri/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PATXOHÃ: Língua retomada. Bahia, Programa do PROEXT-MEC , 2017. 1 vídeo (15min). Publicado por Paolo Vargas.

PURI, Tutushamam. Somos Puri. *Letra Indígena*, São Carlos, v. 1, n.18, 19-21, 2021.

PURI, Txâma. *História, cultura e retomada linguística Puri*. Rio de Janeiro, 2021. 1 vídeo (3min). Disponível em: https://youtu.be/j1InIlxB_g4.

PURI, Txâma Xambé. O sangue Puri da terra: Axe Krim Puri . Njinga & Sepé: *Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v. 1, n. 2, 436–437, 2021.

PURI, Txâma; PURI, Tutushamam; PURI, Xindêda. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*, Macapá, v. 3, n. 2, 77-101, 2020.

PURI, Xindêda. Línguas indígenas: permanências, rupturas e retomadas. *Boletim 3X22 - Pluralidades indígenas*. São Paulo, n. 4, 59-64, 2020.

QUADROS, Ana Resende. *Puris: uma luta contra o esquecimento*. Barbacena, 2019. 1 vídeo (10min). Disponível em: <https://youtu.be/TxnouC1D7rw>.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 35–38, 2005.

TOLEDO, B. F.; MIRANDA, C. C. Por que documentar e descrever línguas? A importância desses estudos para revitalização e fortalecimento de línguas indígenas brasileiras. *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 6, 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico esta graduação, primeiramente, à minha mãe, Angélica, que, apesar de ter suas asas cortadas, se esforçou para que nada pudesse cortar as minhas. Seu esforço, sacrifício e amor incondicional foram a base sobre a qual construí essa conquista. Obrigada pelos dias de amparo e consolo, por cada palavra de incentivo nos momentos em que duvidei de mim mesma. Sem você, nada teria sido possível.

A minha irmã, Célia, que sempre me serviu como âncora nos momentos em que precisei voltar ao meu eixo quando tudo parecia desmoronar. Sua força e presença foram meu porto seguro, lembrando-me, a cada passo, que eu nunca estaria sozinha nessa caminhada.

Não posso deixar de agradecer aos professores da Universidade Federal de Pernambuco que passaram por mim ao longo desses anos, deixando cada um sua marca na minha trajetória. Seus ensinamentos foram mais do que acadêmicos; foram lições que levarei para a vida. Meu profundo respeito e gratidão a cada um de vocês.

Ao meu namorado, Renê, cujo amor, paciência e palavras de encorajamento me fizeram seguir em frente, mesmo quando o cansaço parecia maior que a vontade. Obrigada por ser o meu abrigo nos momentos de turbulência e, acima de tudo, meu melhor amigo. *Je t'aime*.

Às minhas amigas de graduação: Isadora, Patrícia, Aline e, em especial, Letícia, que foi muito além de uma parceira de faculdade e se tornou uma grande amiga, confidente e

irmã de alma e letras. Cada momento ao lado de vocês tornou essa jornada mais leve e especial.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à literatura e, em especial, à Clarice Lispector, que despertou em mim o amor pelas palavras. A adolescente Clarice Moura, que um dia se encantou com suas linhas, jamais poderia imaginar o quanto isso moldaria seu caminho.

Aos que vieram antes de mim, aos que caminham ao meu lado e aos que seguirão depois de mim.